



Nesta página: coligação que apóia Fernando Henrique decide substituir o vice Guilherme Palmeira, para não repetir o desgaste causado a Lula pelo caso Bisol. Motorista depõe contra Palmeira e Procuradoria deve pedir abertura de processo sobre a acusação de recebimento de propina. **Página 5:** Vilson Kleinubing, Marco Maciel, Luiz Eduardo Magalhães e Roberto Magalhães são cogitados para substituir Palmeira. **Página 6:** STJ decide sexta-feira se aceita denúncia de estelionato contra Quércia. **Página 7:** José Dirceu infringe lei eleitoral.



Aliança decide substituir Palmeira

COLIGAÇÃO PSDB-PFL-PTB NÃO QUER REPETIR A CRISE ENFRENTADA PELO PT COM O CASO BISOL

A renúncia do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) à vaga de vice na chapa do candidato do PSDB à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, era dada ontem como certa. No início da noite de ontem, líderes da coligação PSDB-PFL-PTB estavam reunidos em Brasília para dar um fim à crise gerada por denúncias de que Palmeira teria se beneficiado de dinheiro da empreiteira Sérvia. A aliança quis evitar repetir o desgaste causado ao candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, pela demora em substituir o vice de sua chapa, senador José Paulo Bisol (PSB-RS).

No final da tarde, Fernando Henrique afirmou que não havia sido comunicado oficialmente da renúncia de Palmeira. “Só ouvi rumores, e se ele fez isso é porque deve ter encontrado alguma razão objetiva”, disse, ao sair do estúdio de gravações para os programas do horário eleitoral, em São Paulo. “Talvez tenha sido um gesto de solidariedade a mim ou à campanha.”

Fernando Henrique observou ainda que, caso fossem confirmados os “rumores”, a

pendência seria resolvida prontamente. “Comigo é rapidinho”, disse. O candidato acrescentou que não houve pressão por parte da cúpula dos tucanos para a saída do vice. “Renúncia é um ato unilateral”, disse, antes de embarcar para Brasília.

Líderes dos três partidos da coligação concordaram que não há tempo para a apuração e investigação da denúncia envolvendo Palmeira, embora a maioria acredite na inocência do senador. Segundo os articuladores da mudança, tudo seria feito de forma “democrática e rápida”. Democrática porque os envolvidos seriam ouvidos para haver consenso. Rápida porque a coligação não quer ver a campanha “patinando” por causa da discussão sobre o vice. Decididos a não ficarem reféns da crise envolvendo Palmeira, os comandantes do PSDB-PFL-PTB decidiram sair da defensiva.

O encarregado de convencer Palmeira a renunciar foi o presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Já de manhã, o deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA) havia admitido a saída de Palmeira.

Líderes concordaram que não há tempo para investigar a denúncia envolvendo Palmeira



Palmeira: substituição “rápida” e “democrática”.

FHC: SOLUÇÃO RÁPIDA.

“Campanha não pode ficar no chove não molha”

O candidato da coligação PSDB-PFL-PTB, Fernando Henrique Cardoso, quer uma solução rápida para a crise provocada pelas denúncias contra o vice de sua chapa, senador Guilherme Palmeira (PFL-AL). “A campanha não pode ficar no chove não molha”, afirmou Fernando Henrique ao desembarcar ontem à noite em Brasília, procedente de São Paulo. “Comigo é vapt-vupt”.

Fernando Henrique não participou da reunião da cúpula do PFL no apartamento do senador Marco Maciel (PFL-PE), a menos de 200 metros do seu, que teve a participação de Palmeira. Para o candidato tucano, a campanha da coligação não está ligada ao episódio que envolve Palmeira numa rede de parlamentares que teriam se beneficiado de propinas pagas pela construtora Sérvia. “Reafirmo minha confiança pessoal no senador Palmeira”, disse Fernando Henrique, acrescentando ter tido conhecimento apenas de que as denúncias não foram dirigidas diretamente ao senador, mas a um assessor.

Desde o início da semana, Fernando Henrique só respondeu a perguntas relativas à permanência ou não do vice em sua chapa. En-

tre segunda e terça, o tucano cruzou com um batalhão de repórteres pelo menos quatro vezes na porta da Diana Produções, na Bela Vista, onde gravou programas para o horário eleitoral gratuito. Mas só no final da tarde mudou o tom de suas declarações e admitiu que tinha ouvido rumores sobre a possibilidade da renúncia de Palmeira.

O candidato frisou ainda que, caso confirmados os “rumores”, agiria prontamente. “Comigo é rapidinho”, assinalou, comparando o eventual desfecho da história com um episódio semelhantes envolvendo o vice do PT, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS).

Pela manhã, contudo, a hipótese da renúncia não foi sequer cogitada. Por volta das 11h30, Cardoso desmentiu a existência de uma crise na coordenação da campanha, observando que Palmeira deveria na verdade exigir esclarecimentos de seu assessor Carlos Abraão de Moura.

Na defesa do vice, Cardoso não o considerou um aliado do ex-presidente Fernando Collor. “Quando ficou claro que aquele governo estava envolvido em corrupção, Palmeira rompeu com Collor”, arrematou.

MOTORISTA: DEPOIMENTO.

Ex-funcionário de construtora compromete assessor de Palmeira

O motorista Otair de Oliveira, ex-funcionário da empreiteira Sérvia, reafirmou ontem, em depoimento de quatro horas ao procurador da República Antônio Carneiro Sobrinho, que fez vários depósitos em cheques na conta de Carlos Abraão de Moura, um dos principais assessores do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), candidato à vice-presidência pela coligação PSDB-PFL-PTB. Segundo Oliveira, os depósitos na conta de Moura, candidato a deputado estadual pelo PFL de Alagoas, foram feitos entre junho de 1993 e janeiro de 1994, a pedido do diretor financeiro da Sérvia, Semião Sobral de Faro.

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, deverá requerer ao Supremo Tribunal Federal (STF) abertura de processo para investigar as denúncias. Junqueira já recebeu do deputado Chico Vigilante (PT-DF) cópias de um cheque de CR\$ 58.572,00, emitido pela Sérvia, e do depósito do documento, na conta de Moura, no Banespa. O cheque é de 19 de outubro de 1993, dois dias antes do início

dos trabalhos da CPI do Orçamento.

Em seu depoimento de ontem, Oliveira afirmou que não conhece Palmeira pessoalmente mas que presenciou Moura dizer que levaria as emendas do senador ao Congresso para colher as assinaturas necessárias. O motorista disse também que ficou, diversas vezes, na fila de entrega de emendas ao Orçamento.

Empreiteira

RELAÇÕES COM PC

Segundo Oliveira, o diretor financeiro da Sérvia ia pessoalmente, de gabinete em gabinete, colher as assinaturas dos parlamentares, no Anexo 2 da Câmara dos Deputados. As emendas, de acordo com o motorista e com sua ex-mulher Ana Lúcia Duarte, ex-secretária da Sérvia, eram feitas na sede da empresa, localizada numa mansão, no Lago Sul, em Brasília. Oliveira afirmou, ainda, que a Sérvia também redigia as emendas dos deputados Tony Gel (PFL-

PE), Tourinho Dantas (PFL-BA) e Luiz Piauhilino (PSB-PE). Se o processo for acatado pelo Supremo, terá de haver um pedido de licença à Câmara e ao Senado para processar os parlamentares.

O ex-motorista disse também que entregou brindes de final de ano para os senadores Guilherme Palmeira e Divaldo Suruagy (PMDB-AL) e aos deputados Cleonânio Fonseca (PFL-SE), Tony Gel e para o ex-deputado Genebaldo Correia. Oliveira afirmou, ainda, que o dono da empresa, Thales Sarmiento, tinha relações de amizade com Paulo César Farias, o PC.

De acordo com o motorista, toda vez que Sarmiento se dirigia a Brasília, ele era encarregado de reservar um carro para conduzi-lo à casa de PC Farias. Antes, porém, a secretária Ana Lúcia Duarte ligava, para avisar que Sarmiento estava em Brasília e gostaria de se encontrar com PC. Oliveira disse, contudo, que não tem conhecimento de remessas de dinheiro da Sérvia para PC e que não chegou a conhecer o tesoureiro de Collor.

João Domingos/AE

ASSESSOR É ‘FANTASMA’

Pivô da crise que atingiu Palmeira é funcionário fantasma em Alagoas

Carlos Abraão de Moura, pivô da crise que atingiu o candidato à vice-presidência na chapa da coligação PSDB-PFL-PTB, senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), é funcionário fantasma do Tribunal de Contas de Alagoas (TCE) há vários anos. Nomeado procurador do Tribunal quando Palmeira era governador alagoano, no início da década de 80, Moura tem sido colocado à disposição do senador nos diversos cargos que ocupou desde então. O último pedido foi feito em 1988 ao então presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães (PMDB-SP).

O presidente em exercício do TCE, conselheiro José Alfredo de Mendonça, declarou que é praxe o órgão ceder funcionários a outros órgãos públicos, tanto do Legislativo, como do

Executivo e Judiciário, “desde que as formalidades legais sejam cumpridas”. Dos 1.200 funcionários do TCE, cerca de 30 foram “emprestados” ao governo alagoano, à Justiça Eleitoral, ao Congresso, à Universidade Federal de Alagoas e à prefeitura de Maceió, entre outros órgãos públicos.

Moura, contudo, poderá sofrer inquérito administrativo caso tenha utilizado a função de servidor nas irregularidades de que é acusado. O assessor de Palmeira foi denunciado por empregados da empreiteira Sérvia como a pessoa responsável por encaminhar os projetos da construtora, vários deles superfaturados, para Palmeira assinar, e por ter administrado um “caixa dois” com verbas de propinas. Moura está em campanha no interior de Alagoas e

não foi encontrado para esclarecer as acusações.

Neto do ex-deputado Abraão Fidelis de Moura, o procurador é o único político da família. Em 1986, Moura tentou, pela primeira vez, se eleger mas obteve votação medíocre, e agora está incomodando os adversários com o volume de dinheiro que está gastando na campanha. “Os prefeitos do Baixo São Francisco (região árida no Oeste do Estado) estão todos se bandeando para ele”, afirmou um adversário, que preferiu não se identificar.

No TCE, Moura despacha no gabinete do pai, Carlos Alberto Tenório de Moura, que é chefe do setor de Auditoria, embora seu cargo seja de procurador, com um salário superior a R\$ 2,5 mil.

Vannildo Mendes/AE